



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-  
COXIM/MS



DELIBERAÇÃO CME/COXIM/MS Nº 009/2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES E REGRAS  
PARA OFERTA, POR EMPRESAS PRIVADAS  
DE ATIVIDADES DE CONTRATURNO  
ESCOLAR OU CENTRO DE RECREAÇÃO E  
LAZER E OU HOTELZINHO.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE COXIM/MS,  
no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 9.394/1996 e, considerando  
a aprovação em Sessão Plenária Geral.

**DELIBERA:**

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam instituídas normas para abertura, funcionamento e fiscalização de pessoas jurídicas que exercem as atividades de contraturno escolar ou dos Centros de Recreação privados e ou Hotelzinho, estabelecidos no Município de Coxim/MS.

Art. 2º São conceitos para aplicação da presente legislação:

I – Atividades de contraturno escolar ou Centros de Recreação Infantil – Pessoa Jurídica privada e ou Hotelzinho que tem o objetivo de atender crianças, de faixas etárias pré determinadas, no período inverso ao turno escolar quando for obrigatória a matrícula em escola regular, e quando não for obrigatória a matrícula, em qualquer turno, oferecendo atividades lúdicas e de recreação.

Art. 3º Possuem como objetivos e metas do serviço ofertado:

I – Inserir as crianças em atividades complementares;

II – Possibilitar maior integração entre as crianças e adolescentes, espaço recreativo e a comunidade;

VII – firmar parcerias externas, visando à melhoria da formação individual da criança e adolescente inserindo-o em projetos socioculturais e ações educativas;

VIII – promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas e outras que atendam a mesma finalidade;

X – promover a capacitação pedagógica dos profissionais envolvidos nas atividades;

XI – contribuir para a formação e o protagonismo das crianças e adolescentes;

XII – fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não-governamentais e esfera privada;

XIII – incentivar a geração de conhecimento e tecnologias sociais, inclusive por meio de parcerias com universidades, centros de estudos e pesquisas;

XV – estimular a cooperação interinstitucional com vistas a oferecer o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.

## CAPÍTULO II

### DOS CENTROS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º Os centros de atividades complementares chamados de contraturno escolares ou centros de recreação e lazer ou hotelzinho, têm por finalidade contribuir com a formação do indivíduo de forma integrada, podendo oferecer atividades educativas especializadas, reforço escolar, oficinas de arte, música, teatro, dança recreação, socialização, entre outras atividades livres, ampliando o tempo de atendimento especializado de cuidados.

Parágrafo único. As instituições que oferecem atividades complementares de contraturno escolar ou centros de recreação e lazer ou hotelzinho, cuja oferta de serviço

caracteriza o atendimento de crianças matriculadas nas etapas obrigatórias da Educação Infantil (etapa Pré-escolar) ou Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), que ofertarem atividades educativas, de reforço escolar, de supervisão e acompanhamento em tarefas escolares, deverão, obrigatoriamente, ter um profissional formado em pedagogia ou magistério, para realizar o acompanhamento das atividades educativas e apresentar o Plano Pedagógico, além de comprometer-se em manter estreita parceria com as instituições escolares a que as crianças atendidas encontram-se matriculadas.

Art. 5º As atividades de contraturno escolares ou centros de recreação e lazer ou hotelzinho, deverão disponibilizar estruturas adequadas, em imóvel destinado exclusivamente para esta finalidade, bem como que atenda plenamente às condições estabelecidas na presente Deliberação.

Art. 6º Os locais serão fiscalizados periodicamente pela Inspeção da Secretaria Municipal de Educação-SEMED/Coxim, através do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CMDCA, Conselho Tutelar, bem como pelo Ministério Público, Bombeiros e outros órgãos de fiscalização municipal e/ou entidades pertinentes.

Art. 7º As atividades de contraturno escolares, centros de recreação e lazer ou hotelzinho, deverão observar os seguintes requisitos:

I – Os estabelecimentos deverão possuir alvará de funcionamento e localização se enquadrando com a atividade desenvolvida.

II - Alvará Sanitário conforme classificação de risco.

III - O local deve ser de fácil acesso, (acessibilidade), com boas e permanentes condições de higiene, segurança, salubridade, aeração e iluminação.

IV - Caso possua espaço externo direcionado as atividades, este poderá ser de chão batido, piso, gramado, arborizado, entre outros.

V - Deverão manter um cadastro atualizado das crianças que frequentam o local, constando como informações obrigatórias como:

a) nome;

- b) faixa etária;
- c) nome dos responsáveis;
- d) endereço;
- e) telefone para contato;
- f) tipo sanguíneo, alergias;
- g) declaração vacinal (DVA);
- h) cópia da certidão de nascimento.

VI - Deverá ser observada a obrigatoriedade de as crianças estarem matriculadas em escola pública ou privada regular, conforme sua faixa etária, sob pena de responsabilidade.

VII - Possuir infraestrutura adequada, adaptação com corrimãos, grades de proteção, banheiros de fácil acesso, locais para descanso, locais para as demais atividades, buscando evitar, também, longas escadarias (acessibilidade).

VIII - Nos termos da Lei Federal nº 13.722, de 04 de outubro de 2018, todos os profissionais que atendem as crianças deverão anualmente ser capacitados para primeiros socorros e prevenção de acidentes de forma presencial, realizado em instituição credenciada.

IX - As atividades de contraturno escolares, centros de recreação e lazer ou hotelzinho, deverão observar a proporção de um cuidador/recreacionista/monitor, com formação mínima de ensino médio e capacitação na área de atuação, para cada uma das seguintes faixas etárias:

- a) De 4 meses até 1 ano e 11 meses: até 7 crianças;
- b) De 2 anos e 11 meses: até 10 crianças;
- c) Acima de 3 anos: até 18 crianças.

§ 1º Os estabelecimentos de contraturno escolares, centros de recreação e lazer ou hotelzinho, deverão informar a Inspeção Escolar da Secretaria Municipal de Educação, no ato da inscrição, qual a faixa etária de atendimento. No caso de atender crianças e adolescentes, deverá comprovar que existe separação física entre as faixas etárias.

§ 2º Caso aos estabelecimentos de atividade de contraturno escolar, centros de recreação e lazer ou hotelzinho ofereça alimentos preparados em seu estabelecimento, deverá apresentar também Curso de Higiene e Manipulação de Alimentos no ato da inscrição, bem como atender a todos os requisitos exigidos pela Vigilância Sanitária.

§ 3º Os estabelecimentos de contraturno escolar, centros de recreação e lazer ou hotelzinho está sujeito à fiscalização da Vigilância Sanitária, Fiscalização Fazendária, Fiscalização pelo Conselho Tutelar, Ministério Público, Bombeiros e outros órgão ou entidades pertinentes, desde que atendidos os requisitos legais.

§ 4º As informações constantes no artigo 7º, inciso V, poderão ser solicitadas por telefone ou aplicativo ou correspondência eletrônica, à qualquer momento pelos órgãos previstos no §3º deste artigo, sendo que o pedido deve ser atendido conforme necessidade.

§ 5º O conteúdo das orientações em noções básicas de primeiros socorros repassadas deverá ser condizente com a natureza e a faixa etária do público atendido nas atividades de contraturno escolar, centros de recreação e lazer ou hotelzinho.

§ 6º Os estabelecimentos de contraturno escolar, centros de recreação e lazer ou hotelzinho deverão obrigatoriamente afixar em local visível a certificação que comprove a realização da capacitação em noções básicas de primeiros socorros de que trata esta Deliberação, bem como encaminhar cópia anualmente para a Vigilância Sanitária do Município.

§ 7º Os estabelecimentos de contraturno escolar, centros de recreação e lazer ou hotelzinho têm a obrigação de informar para a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de surto de doenças infecto contagiosas, sob pena de responsabilização cível e criminal;

§ 8º A Vigilância Sanitária poderá exigir a sanitização do ambiente de atendimento, caso identifique surtos de doenças infecto contagiosas;

§ 9º Ao fiscalizar o local de atendimento, a Vigilância Sanitária poderá exigir o cumprimento de requisitos de segurança estabelecidos por legislação federal, estadual e ou municipal, especialmente quanto à segurança e demais concernentes à atividade.

Art. 8º A responsabilidade pela manutenção do local, pela adequação às exigências previstas nesta Deliberação, bem como pelo serviço prestado é dos proprietários dos estabelecimentos, trabalhadores e prestadores de serviço que exercem atividades nos locais.

Parágrafo único. Os proprietários são responsáveis solidários, por atos e ou fatos que possam ocorrer nestes estabelecimentos, envolvendo as crianças.

### CAPÍTULO III DA CRIAÇÃO, AUTORIZAÇÃO, DESATIVAÇÃO E CESSAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 9º. Todo o imóvel destinado à utilização por empresas privadas de atividades de contraturno escolar, centros de recreação e lazer ou hotelzinho, dependerá de aprovação pelo órgão oficial competente e estar adequado aos fins a que se destina e, no que couber, atender às normas e especificações técnicas de legislação pertinente em vigor.

§ 1º O imóvel a que se destina a oferta do serviço deverá possuir alvará de prevenção e proteção contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros;

§ 2º A estrutura física da instituição deverá contemplar um espaço para a organização administrativa.

Art. 10. São condições mínimas para a oferta do serviço:

a) as dependências de toda a instituição devem ter acessibilidade e respeitar às normas vigentes para este fim;

b) as salas de atividades devem ter a proporção mínima de 1,20m<sup>2</sup> por criança, de uso exclusivo, com iluminação natural, ventilação direta, proteção contra incidência direta de sol, piso de material lavável íntegro, em condições de conforto e higiene.

c) o local para atividades ao ar livre deve conter equipamentos adequados à faixa etária das crianças, em bom estado de conservação e espaços livres para brinquedos, jogos e

outras atividades recreativas, com dimensões que assegurem, no mínimo, 3m<sup>2</sup> por criança, considerando, para o cálculo dessa proporção, o número de crianças conforme a capacidade da maior turma;

d) todas as áreas comuns da instituição, tais como: refeitório, pátio coberto e ao ar livre, biblioteca, sala multimeios e outras podem ser compartilhadas entre as diferentes turmas, desde que a ocupação ocorra em horários diferenciados;

e) dependência dotada dos equipamentos e utensílios para o preparo da alimentação, de uso exclusivo e sem acesso as crianças;

f) local adequado para a realização das refeições;

g) sanitários, de uso exclusivo infantil, com iluminação e ventilação direta, individualizados por gênero, adequado à faixa etária, provido de portas sem chaves ou trincos, e de lavatório com espelho;

h) sanitários adaptados as Pessoas com Deficiência (PcD), devendo ser provido de porta com, no mínimo, 80 cm de largura e barras laterais de apoio;

i) sanitários para adultos;

j) disponibilizar brinquedos, jogos, livros e materiais diversos para o desenvolvimento cognitivo, motor, sócio emocional e recreativo, diversificados e adequados à faixa etária e em quantidade suficiente para o número de crianças atendidas, devem estar organizados, em condições de limpeza, conservação, disponíveis e constantemente atualizados.

Art. 11. É necessário que o Conselho Municipal de Educação-CME/Coxim realize a análise e emissão de relatório descritivo da Inspeção Escolar - SEMED, nomeada para este fim, descrevendo o cumprimento das exigências estabelecidas na presente Deliberação.

Art. 12. O cadastro e a autorização de funcionamento serão dados por meio de TERMO DE APROVAÇÃO e AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO emitido pelo CME/Coxim e homologado.

Art. 13. A desativação das instituições poderá ocorrer por decisão da mantenedora, em caráter temporário ou definitivo, devendo o fato ser comunicado, formalmente, ao CME, CMDCA, Vigilância Sanitária e demais órgãos fiscalizadores.

#### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. Todas as atividades acessórias oferecidas pelos Cuidadores ou Centros de Recreação Infantil por terceirizados, tal como transporte, deverão estar regularizadas junto ao município e CME/Coxim, sob pena de fiscalização.

Art. 15. As atividades serão desenvolvidas com um número máximo de 30 (trinta) participantes por turma, respeitando a metragem da sala de pelo menos 1,2m<sup>2</sup> por criança e organizar espaço exclusivo para cada faixa etária.

Art. 16. A instituição que oferecer o preparo de alimentos, deverá ter um profissional da área de Nutrição responsável e atender às exigências da Vigilância Sanitária Municipal, quanto ao cumprimento das determinações para a produção, armazenamento e oferta de alimentos.

Parágrafo único: Em caso de armazenamento de alimentos de consumo imediato e/ou proveniente de casa, a instituição deverá seguir as normas da Vigilância Sanitária de Higiene e Conservação.

Art. 17. A instituição deverá manter documento comprobatório da matrícula atualizado emitido pela escola da rede de ensino de todas as crianças atendidas, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental.

Art. 18. Verificado o não cumprimento das disposições desta Deliberação, o órgão competente aplicará as penalidades conforme a legislação vigente.

Art. 19. Os estabelecimentos que já realizam atividade no município possuem o prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da presente norma, para comunicarem seu funcionamento e apresentarem cronograma de adequação de

estruturas/procedimentos ao disposto nesta norma, através de requerimento de regularização direcionado ao município.

§ 1º Decorrido o prazo previsto no artigo 19, os estabelecimentos que comunicaram seu funcionamento terão o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para providenciar adequações para pleno cumprimento do previsto nesta Deliberação, nos termos do cronograma apresentado junto ao requerimento.

§ 2º Após o prazo de que trata o caput do artigo 19, os estabelecimentos que não fizerem comunicação de seu funcionamento estão automaticamente sujeitos às penas previstas no artigo 18 desta Deliberação.

Art. 20. A partir da vigência desta Deliberação, novas instituições privadas de atividades de contraturno escolar, centros de recreação e lazer ou hotelzinho, somente poderão entrar em funcionamento, se cadastradas e autorizadas pelo CME/Coxim.

Art. 21. Anualmente, no mês de julho, as instituições privadas que mantêm contraturno escolar, centros de recreação e lazer ou hotelzinho, deverão renovar o cadastro junto ao CME, apresentando, relatórios do número de crianças atendidas contendo obrigatoriamente nome e escola da matrícula a que estão vinculadas, na forma do Anexo V.

§ 1º As informações serão encaminhadas juntamente com o pedido de cadastro da instituição e a autorização para o funcionamento firmado por representante legal da entidade mantenedora, dirigido ao CME e Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, o alvará sanitário da Secretaria Municipal de Saúde, o alvará de licença, cópia do contrato social e cartão CNPJ atualizados, certidões negativas de débitos Municipais, Estaduais, Federais e Trabalhistas, alvará de prevenção e proteção contra incêndios (PPCI), emitido pelo Corpo de Bombeiros, fotografias internas e externas de todas as dependências, devidamente nomeadas.

§ 2º Além dos documentos constantes no § 1º, devem ser entregues preenchidos os Anexos I ao IV da presente Deliberação.

§ 3º No ano de seu vencimento da Autorização de Funcionamento, deverá ser apresentada para a renovação, toda documentação exigida constante no Art.7º.

Art. 22. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

**Daniela Lina de Paula Pinto**  
Conselheira-Presidente  
Decreto N° 50/2026

**Marly Nogueira de Lima**  
Secretária Municipal de Educação  
Decreto N° 032/2025

HOMOLOGO  
Em: / /2026



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-  
COXIM/MS



ANEXO I

**I – INSTITUIÇÃO**

Nome da Instituição: \_\_\_\_\_

Natureza Jurídica: \_\_\_\_\_ Data da Fundação: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Caixa Postal: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Whats: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

**II – REPRESENTANTE LEGAL**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Endereço para contato: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

OBS: A Instituição deverá encaminhar o requerimento de cadastro, conforme modelo, em folha timbrada.

## ANEXO II

### QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

Informar no presente o nome de todas as pessoas que fazem parte do quadro (Direção, Supervisão Escolar, Docentes, Educadores Assistentes, Auxiliares, Serviços de Cozinha, Serviço de Limpeza, Psicólogo, Pediatra, Nutricionista, Dentista, Serviços de Apoio, etc., conforme realidade da mantenedora)

NOME DA TURMA

HORÁRIO DO PROFISSIONAL

NOME DO PROFISSIONAL

FUNÇÃO TITULAÇÃO

FAIXA ETÁRIA

Nº TOTAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS

CAPACIDADE DA SALA

METRAGEM

TOTAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS NA INSTITUIÇÃO:

Declaro que todas as informações constantes neste documento são verdadeiras.

Nome do (a) Responsável: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

DATA:

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE USO EXCLUSIVO DO ESPAÇO PEDAGÓGICO

Eu \_\_\_\_\_, Proprietária da instituição \_\_\_\_\_, declaro que as dependências destinadas às crianças da educação infantil são de uso exclusivo dessa faixa etária e que as demais dependências de uso comum são utilizadas pela educação infantil em horário diferenciado das demais crianças atendidas pela instituição;

Assinatura:

Coxim/MS, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## ANEXO IV

### Relatório Anual de Crianças Atendidas

Nome da Criança    Idade    Escola onde está matriculada    Turno que frequenta o  
contraturno

TOTAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS NA INSTITUIÇÃO:

TURNO MANHÃ: \_\_\_\_\_ TURNO TARDE \_\_\_\_\_

Declaro que todas as informações constantes neste documento são verdadeiras.

Nome do (a) Responsável: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Coxim/MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## ANEXO V

### PLANO PEDAGÓGICO

Os estabelecimentos privados de oferta de Atividades de Contra turno Escolar ou Centros de Recreação e Lazer que ofertarem atividades de reforço escolar deverão levar em consideração na elaboração e execução do Plano Pedagógico os seguintes aspectos:

- 1.os fins e objetos do Plano;
- 2.conceber a criança e o adolescente como pessoa em processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- 3.as características da clientela a ser atendida e da comunidade na qual se insere;
- 4.regime de funcionamento: calendário, horário, (atenderá as necessidades da comunidade, podendo ser ininterrupto o ano civil, respeitados pela mantenedora, os direitos trabalhistas);
- 5.os ambientes físicos, as instalações e os equipamentos disponíveis para o atendimento das crianças e adolescentes;
- 6.a habilitação dos recursos humanos que irão atuar nas atividades de reforço escolar;
- 7.os parâmetros (idades) de organização das turmas e a relação (recreador/crianças/adolescentes);
- 8.a existência de uma Proposta de articulação da instituição, família e comunidade;
- 9.processo de avaliação do desenvolvimento integral da criança e do adolescente prevendo constante plano de parceria e comunicação com a escola ao qual a criança está matriculada;
- 10.processo constante de avaliação da instituição.